



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

PROJETO DE LEI Nº 66 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

“INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA AMIGA DOS ANIMAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE-SP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Vereador **José Geraldo Lopes Junior**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei propõe o presente Projeto de Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído o Programa Escola Amiga dos Animais destinado às unidades integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Campina do Monte Alegre-SP, como instrumento de conscientização, empatia, responsabilidade social e formação cidadã sobre saúde, proteção e bem-estar animal.

Art. 2º. O Programa Escola Amiga dos Animais tem por objetivos:

- I** - Ampliar as atividades de educação ambiental e de respeito à vida no ambiente escolar, incentivando o cuidado e o bem-estar dos animais, especialmente dos domesticados;
- II** - Fomentar a relação socioeducativa, incentivando os alunos a se engajarem em ações de proteção, cuidado e convivência responsável com os animais;
- III** - Promover oficinas, palestras e atividades lúdicas sobre guarda responsável, adoção consciente e direitos dos animais, bem como divulgar a legislação vigente;
- IV** - Estimular visitas e aproximação dos alunos com instituições, órgãos públicos, clínicas veterinárias e entidades que promovam cuidado e bem-estar animal;
- V** - Conscientizar sobre empatia e responsabilidade, construindo valores éticos, solidários e comunitários;
- VI** - Tornar as unidades escolares multiplicadoras de boas práticas socioambientais, fortalecendo a temática de proteção animal dentro da comunidade;
- VII** - Instituir e integrar ao calendário escolar municipal datas alusivas ao bem-estar animal, garantindo ações contínuas durante todo o ano letivo.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES E AÇÕES

Art. 3º. O Programa Escola Amiga dos Animais terá como atividades principais:

- I** - Palestras educativas;
- II** - Atividades pedagógicas extraclasse voltadas ao tema;
- III** - Cuidados e acompanhamento de animais comunitários acolhidos no ambiente escolar;
- IV** - Realização de projetos, leituras, atividades lúdicas e de participação cidadã dentro do calendário escolar municipal;
- V** - Visitas técnicas a entidades e órgãos ligados ao bem-estar animal.



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

Parágrafo único. As palestras e atividades poderão contemplar informações sobre animais domésticos, silvestres, de grande porte e demais espécies, desde que adequadas à faixa etária estudantil.

Art. 4º. O Programa poderá contar com a colaboração de:

- I** - Órgãos e departamentos da Administração Municipal;
- II** - Clínicas veterinárias, médicos veterinários e demais profissionais da área;
- III** - Instituições de ensino, universidades e centros acadêmicos;
- IV** - Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos e protetores independentes;
- V** - Empresas privadas que desejarem apoiar ações ou campanhas educativas.

CAPÍTULO III DA IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Art. 5º. As escolas municipais poderão conceder certificado de participação aos alunos que concluírem o ciclo de atividades proposto pelo Programa, como forma de incentivo e valorização do engajamento educativo.

Art. 6º. Caberá à Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde a implementação, organização, acompanhamento e avaliação do Programa.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios, termos de cooperação, parcerias e acordos que viabilizem o desenvolvimento das ações previstas nesta Lei.

Art. 8º. A participação dos representantes dos Conselhos Municipais poderá ser solicitada pelo Poder Executivo, bem como deverá ser incentivada a divulgação do Programa junto aos Conselhos Escolares e à comunidade local.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2025.

Vereador José Geraldo Lopes Junior
Autor



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

JUSTIFICATIVA

A proteção aos animais é tema diretamente relacionado à saúde pública, ao meio ambiente e à formação dos valores sociais. O aumento de situações de abandono, maus-tratos e manejo inadequado de animais domésticos e comunitários é realidade presente em diversas cidades brasileiras, o que exige do Poder Público ações contínuas, preventivas e educativas.

A escola é o ambiente privilegiado para a construção da cidadania. É nela que se formam valores como empatia, responsabilidade, respeito à vida e participação social. Ao inserir o cuidado animal como tema pedagógico, o Município contribui para a formação de crianças e adolescentes mais conscientes, éticos e sensíveis às necessidades da comunidade em que vivem.

O Programa Escola Amiga dos Animais propõe exatamente isso: aproximar a educação do cotidiano, promovendo ações práticas e formativas sobre guarda responsável, adoção consciente, prevenção de maus-tratos e convivência harmoniosa entre seres humanos e animais.

A iniciativa encontra amparo:

- Na Constituição Federal (art. 225), que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de proteger a fauna e vedar práticas que a submetam à crueldade;
- Na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que coíbe maus-tratos;
- Na competência municipal para promover a educação, a saúde e a proteção ambiental (art. 30, CF), além da diretriz de educação ambiental transversal na Lei nº 9.795/1999.

Há experiências no país que demonstram a viabilidade e efetividade de programas educacionais permanentes sobre bem-estar animal. Osasco, por exemplo, adotou política semelhante por meio da Lei nº 5.063, de 31 de março de 2020, que institucionaliza ações educativas e de promoção da guarda responsável no âmbito escolar. A cidade de São Paulo aprovou a Lei nº 17.977, de 18 de julho de 2023, também voltada à conscientização e proteção animal no ambiente escolar. Mais recentemente em Sorocaba, foi sancionada a Lei nº 13.262, de 17 de julho de 2025, instituindo medidas semelhantes.

O desenho do Programa privilegia parcerias com universidades, conselhos, profissionais voluntários, organizações da sociedade civil e órgãos públicos, o que minimiza custos, potencializa a rede de proteção e amplia o alcance formativo. A entrega de certificados aos estudantes participantes estimula o engajamento e facilita o acompanhamento pedagógico.

Resultados esperados:

- Formação de atitudes de respeito e empatia com os animais;
- Redução de ocorrências de maus-tratos e abandono no entorno escolar;
- Maior adesão a práticas responsáveis (vacinação, identificação, cuidados básicos);
- Fortalecimento de vínculos escola-família-comunidade e da cultura de paz.

Contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: prevenção de zoonoses e promoção de ambientes mais saudáveis;
- ODS 4 – Educação de Qualidade: competências socioemocionais e cidadania ambiental;
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: convivência harmoniosa e bem-estar urbano;
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: guarda responsável e uso consciente de recursos no cuidado animal;
- ODS 15 – Vida Terrestre: proteção da fauna doméstica e respeito aos ecossistemas;
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: cultura de não violência, mediação de conflitos e participação cidadã;
- ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: cooperação entre poder público, escolas, sociedade civil e academia.

Trata-se de medida educativa, preventiva e de baixo custo, com alto retorno social, plenamente alinhada às Diretrizes Constitucionais e às melhores práticas Nacionais. Conto com o apoio dos nobres pares para aprovarmos este Projeto, consolidando uma política pública permanente de respeito à vida, ao meio ambiente e à formação cidadã de nossas crianças e adolescentes.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2025.

Vereador José Geraldo Lopes Junior
Autor